

A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA¹

Octávio Ianni²

Hoje faremos uma discussão que tem a ver com a construção da categoria que inclusive amarra alguns pontos do que tem sido discutido até agora. Não dá para dizer, porém, que todos os pontos serão classificados ou amarrados, porque se ficassem todos resolvidos, não se teria muita coisa a fazer. Não é bom isso. O ideal é que a atividade intelectual seja a atividade que resolve problemas, que reponha problemas ou até que se abram novos problemas, o que é o ideal. Não se trata apenas de conhecer, de repetir os pensamentos que são estudados, as contribuições da dialética que foram discutidas. Se trata de aperfeiçoar esse conhecimento e fazer o possível para repensar os problemas, tendo em conta a possibilidade de desenvolver alguma reflexão nova.

A construção da categoria é, a meu ver, um desfecho, é a síntese da proposta de Marx, isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. E, como já foi dito várias vezes, partindo do reconhecimento, não é uma presunção, a priori, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes. A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. Mas um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo. Não está em questão construir um conceito ou uma definição. Está em questão construir uma reflexão, “um conceito, uma definição”, vamos dizer assim, entre aspas, mas, nos quais a realidade apareça com o máximo da sua vivacidade, da sua integridade. Essa proposta da reflexão dialética, essa exigência da epistemologia dialética, é fundamental para nós; desde logo reconheceremos que a explicação e a realidade explicada não se constituem em conjunto. Se constituem ao mesmo tempo. Mas, podemos lembrar e vou reproduzir daqui a pouco uma frase de Hegel, em que ele diz que o fato, que é destituído de conceito, que não está categorizado, é um fato que está perdido. Está solto no espaço. Esse não está articulado. É interessante a idéia de Hegel. Marx retoma a concepção de que, explicar a realidade é não descobrir os nexos que constituem a realidade, mas ajudar essa realidade a se constituir. Portanto, o pensamento entra na constituição do real. É essa proposta que eu vou desdobrar um pouquinho.

Essa proposta se funda nessa idéia preliminar de que a realidade não se dá a conhecer imediatamente. Ela, por ser complexa, intrincada, apresenta múltiplas facetas, ela não se dá a conhecer, entre parênteses, porque eu não quero fazer digressões sobre isso agora, no caso ela não se dá a conhecer numa investigação empírica convencional. A investigação, a pesquisa de cunho empírico, é fundamental, ajuda a mapear a registrar fatos, a apenhar relações, mas a pesquisa corre o risco de ficar no nível das aparências.

Registrar as opiniões das pessoas nas ruas ou nas suas casas pelos telefones, e tomar essas expressões das pessoas como sendo realidade é funcionar no nível da aparência, do fantástico, que é um nível real, não se discute. Não vamos também exagerar e dizer que o que as pessoas dizem para o pesquisador é mentira, ou não é parte da realidade. É parte da realidade, mas não é a realidade. Normalmente, quando uma pessoa se expressa verbalmente para o outro, e este outro é desconhecido, o que a pessoa diz é apenas o geral. Raramente as pessoas desdobram aquilo que é mais específico do seu ser. Quer dizer que a pesquisa ingênua corre o risco de ficar no nível das aparências. Não que as aparências são mentiras. As aparências são uma dimensão real do real. Mas são uma dimensão entre outras dimensões, entre outras implicações. Quer dizer que a epistemologia dialética, essa proposta de Marx, implica numa visão de crítica de outras epistemologias. Mas, deixando isso de lado agora, o que interessa é que implica numa visão crítica do real. Daí porque eu repito o que eu tinha colocado no começo do curso e retomei em vários momentos de que a análise dialética é sempre uma análise crítica.

Ela parte da preliminar de que a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada... eu acho bom insistir nessas palavras, “reiterada”, “obstinada”, porque essa observação, de fato, se demora sobre o objeto, para desvendar no objeto, dimensões que não são visíveis, que não são dadas. Quem inventou, ou melhor, onde está o trabalho geral abstrato? Está em nenhum lugar, está em todo lugar, mas não está em nenhum lugar. O trabalho geral abstrato, que está no primeiro capítulo do “O Capital” e que é fundamental para a compreensão de vários outros capítulos. Não é dado empiricamente, essa é que é a realidade, é esse o desafio. O fato de a mercadoria ser trabalho cristalizado já é um desafio. Porque a mercadoria não é um trabalho cristalizado, é matéria, é couro, é ferro, é tinta, é tecido, não é trabalho. Quem inventou que mercadoria é trabalho? Só um louco. Quer dizer, na verdade é o resultado de uma reflexão obstinada sobre a realidade que desvenda o segredo da mercadoria, que é ser trabalho cristalizado. Só que ela não é o trabalho do marceneiro, do pedreiro, do sapateiro, do tecelão. Ela é o trabalho social abstrato; o trabalho geral, isto é, ela se constitui como valor em decorrência das trocas, e ela ganha, adquire valor no nível daquela norma de trabalho dos mais diversos que constituem uma comunidade de trabalho, em conjunto, como se fosse um somatório de vários e diferentes trabalhos, que no processo de troca se constitui como um quantum de trabalho geral abstrato, que por repercussão vai conferir a cada parte de mercadoria particular o seu valor. Quer dizer, não dá para fazer esse percurso intelectual em termos empíricos. Não dá para fotografar. Não dá para fazer tabela de frequência, não dá para fazer um questionário e descobrir se o trabalho é geral ou abstrato. Quer dizer, a categoria que se constrói é o resultado de uma reflexão obstinada, que interroga o real reiteradamente. E que desvenda do real aquilo que não está dado, não é imediatamente verificado. Inclusive, se coloca e recoloca sempre o problema de um contínuo retomar dos dados. Vocês notam que tem uma coisa na reflexão dialética que é difícil e que é, ao mesmo tempo, fascinante. Que é o fato de que a reflexão vai caminhando e parece que não vai deixando nada de lado. Vai reincorporando os elementos que estão sendo registrados. As reflexões que estão sendo descobertas. É como se a realidade fosse se tornando cada vez mais rica, mais complexa, mais viva. Retém muito daquilo que está no começo e vai recriando num percurso. Isto é um trabalho de reflexão complexo, que implica em desvendar do real que no caso é o modo capitalista de produção, dimensões, significados, tendências, que definitivamente não são dadas no nível dos acontecimentos vistos como fatos empíricos. Comte quebrou a cabeça e não chegou até aí. Spencer quebrou a cabeça e não chegou até aí, quer dizer vários grandes pensadores, Comte, Spencer, Tocqueville, que tem contribuições importantes, fazem um registro das conjunturas típicas do mundo

burguês e não chegam a esse nível de questionamento. Porque estão comprometidos com uma visão que confere à realidade uma categoria, um estatuto que não é suficiente. Na verdade, a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados; daí esse percurso contínuo entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o singular e o universal. Quer dizer que a perspectiva crítica que está presente no pensamento de Marx, é fundamental, no sentido que não toma a realidade como evidente, ou não toma os fatos em sua manifestação mais imediata. Questiona. Só uma curiosidade: as obras de Marx têm uma peculiaridade nos seus títulos que a meu ver é muito sintomático. Marx escreveu um livro que se intitula “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito”. Escreveu outro livro que se intitula “A Sagrada Família”, ou seja, a crítica da crítica. Escreveu outro livro com Engels, que é “A Ideologia Alemã”, ou seja, a crítica da novíssima filosofia alemã, nas pessoas de seus representantes Feuerbach, [Otto] Bauer, e do Socialismo Alemão e de seus diferentes profetas. Escreveu um livro, que é famoso também, “A Miséria da Filosofia” que é nada mais, nada menos, do que uma impiedosa crítica a Proudhon. Escreveu “A Contribuição à Crítica de Economia Política”; escreveu “O Capital”, que tem como subtítulo, “Crítica da Economia Política”; escreveu notas que foram publicadas como “História Crítica da Mais Valia” e as notas que se intitulam nada mais, nada menos, que “Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política”. Todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso.

A partir de outra acepção poderemos resgatar algumas colocações de Hegel que eu li para vocês em outros momentos que agora fazem outro sentido.

O conhecimento científico, diz Hegel, exige que nós abandonemos a vida do objeto ou que tenhamos presente e que exprimamos a necessidade interior do objeto. É preciso uma reflexão crítica, muito profunda, reiterada e obstinada para alcançar a essência do objeto. Essência essa que se revela empiricamente, que resulta de uma reflexão sobre relações que constituem o objeto. O trabalho social abstrato é o resultado dessa reflexão que vai ao âmago do real. A reflexão, ainda Hegel, é a atividade do pensamento aplicando-se a um objeto e seu produto é universal. Esse universal é o que constitui o próprio fundo, a essência íntima e a realidade do objeto. O que constitui a verdade nos objetos e nos acontecimentos. O que constitui a sua interioridade, a sua essência. O que importa conhecer não se dá imediatamente na consciência. Não é aquilo que se nos oferece à primeira vista, desde o primeiro momento. É preciso refletir, e eu acrescentaria, refletir obstinadamente, insistentemente, para chegar à verdadeira natureza do objeto, ou seja, a sua essência, a sua universalidade, a sua totalidade.

Alguém pode dizer: trata-se de ser crítico sem fim, todo tempo, integral? Quer dizer, não é bem isso. O problema é que a reflexão crítica vai articulando os elementos que vão seguindo na reflexão. Então, essa reflexão crítica não é solta, ela não é pura esquizofrenia, ela não é só loucura, ela se articula com o real. E ela passa pela mercadoria, e a mercadoria que a inverte num instante, num primeiro instante ela começa aparecer valor de uso. Ela começa aparecer valor de troca. Ela começa aparecer trabalho concreto privado, depois trabalho social abstrato. Depois ela contém mais valia. Então, várias dimensões da mercadoria resultantes dessa reflexão crítica, obstinada, vão se constituindo no percurso da pesquisa, da reflexão. E, em todos os momentos, está em questão esse andamento da reflexão dialética. Eu acrescentaria “presente passado”, “passado presente”. Porque toda a reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo. E sempre naquela acepção de que o passado não é o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição

deste presente e este presente não é cronologia. Ele tem a ver com a cronologia. Mas a cronologia é só um gancho para se conhecer o presente. Nenhum de nós é resultado de nossa biografia vista cronologicamente. Tenho certeza que cada um de nós é resultado de um acontecimento, ou de alguns acontecimentos excepcionais em alguns momentos da vida. Que foram as descidas ao inferno ou então as subidas ao céu, mas não é verdade que tudo o que aconteceu na vida de uma pessoa é responsável pelo que a pessoa é no presente. Não é verdade que tudo que aconteceu na história do Brasil é responsável pela ditadura militar, que acabou de ser derrubada.

Na verdade, há passados que são determinantes, que são constitutivos. E, há passados que ficaram irrelevantes. Para explicar a ditadura militar, nós precisamos resgatar certos passados que resultam das forças que estão presentes na ditadura militar. Explicar a Nova República, não são as mesmas forças. Não é o mesmo passado. É outro passado combinado que pode ser fundamental para explicar a Nova República; quer dizer que essa dialética é o presente-passado, passado-presente, resulta da pesquisa do fato, do acontecimento, ela não é homogênea, ela sempre se coloca na medida em que nós queremos conhecer o presente. Certos desafios do presente. Estamos interessados, em certos fatos do presente. O presente não é homogêneo. O presente da ditadura militar é diferente do presente da Nova República. E, nesse sentido, a dialética presente-passado não é exatamente a mesma. Ao contrário, ela pode ser muito diferenciada. Não é uma perspectiva muito otimista, em todo o caso. É nesse espírito que Marx fala, num certo momento, repetindo o pensamento de Hegel, de que se a aparência exterior e a essência das coisas conseguissem se exprimir plenamente, toda a ciência seria desnecessária. Quer dizer, essa frase é importante na medida em que ela sintetiza a idéia de que a realidade social precisa ser pesquisada, ser questionada, precisa ser explicada. Porque ela não pára. Porque ela não é transparente. Se ela fosse transparente, ela não precisaria de investigação. Ela se revelaria limpidamente, imediatamente na observação. Isso nos põe um problema que tem grande interesse para a pesquisa também. Muitos de nós, às vezes, queremos fazer uma pesquisa sobre certo tema, e vamos a campo fazer a pesquisa. E eu tenho participado de bancas, eu noto que às vezes energias intelectuais são mobilizadas para fazer uma pesquisa sobre um assunto que é transparente. Um assunto que não tem grandes segredos. Quer dizer, eu estou falando, fazendo essa colocação porque nós não devemos exagerar e chegar à conclusão catastrófica de que o mundo é totalmente opaco e escuro, 24 horas por dia. Quer dizer há esferas há momentos, há espaços de transparência indiscutíveis. Não é preciso fazer pesquisa para explicar a amizade. Não é preciso fazer pesquisa para explicar a maneira pela qual certos grupos se organizam e desenvolvem sua criatividade. Quer dizer, muitas coisas estão evidentes. É equívoco pensar que todo fato, toda situação, é automaticamente, necessariamente, suscetível de investigação. Há muitas realidades que são, devido as condições peculiares em que elas se desenvolvem, suficientemente claras, indiscutíveis, transparentes, não exigem maiores observações. Mas, como uma tendência essencial à sociedade burguesa, não há dúvida que a maneira pela qual se desenvolve o trabalho, a divisão do trabalho, a distribuição do produto do trabalho, a alienação humana, a formação de grupos sociais, de classes sociais, a distribuição do poder econômico, do poder político, da cultura, etc, que toda essa complexidade de relações e processos institui o mundo que é opaco. Um mundo que é intrincado, difícil, que precisa ser questionado todo tempo. Aqui cabe um parênteses que tem algum interesse que é o seguinte: enquanto o pensamento marxista, e alguns outros pensamento, insistem na idéia de uma visão globalizante da sociedade, no sentido de não perder a visão do todo, e refletir sobre o singular, sempre tendo em vista o geral, e o todo é isto, é uma conquista do pensamento clássico, com Rousseau, com Adam Smith, com Ricardo, com Marx, com Hegel, há

correntes do pensamento na atualidade e isso já vem do começo do século e se acentua nos últimos anos, que preconiza o abandono da visão globalizante. O abandono de uma interpretação abrangente, pela dúvida e pela viabilidade/conveniência de estudos que sejam micro, que se concentrem sobre, não quero fazer caricatura, mas que se concentrem sobre o cotidiano, que se concentrem sobre a identidade. Que se concentrem sobre a micro-física do poder. Que se concentrem sobre a revolução molecular. Daí prá diante. Quer dizer, essas tendências do pensamento atual que são muito fortes, estão bastante espalhadas no ambiente acadêmico brasileiro, provavelmente o latino americano. Elas denotam o abandono de uma epistemologia clássica, que supõe a possibilidade do conhecimento globalizante, e a adoção de uma nova epistemologia que supõe a possibilidade do conhecimento apenas em micro-estruturas, em micro-situações. Isto é, eu acho que são propostas que legitimam o esfacelamento da vida, do objeto da realidade, decorrente da maneira pela qual a sociedade burguesa se desenvolve. A sociedade burguesa se desenvolve criando múltiplas situações e continuamente; recriando múltiplas micro-situações que dão aos indivíduos a ilusão de que há espaços nos quais os indivíduos se situam, se definem. Por exemplo, a escola: vamos estudar a estrutura do poder da escola. Outro exemplo, o presídio: vamos estudar a estrutura do presídio. E a família? Vamos estudar a estrutura do poder na família. E isso é apresentado como se fosse um modo de esgotar a realidade. Sem uma preocupação de verificar quais são as implicações, as ressonâncias desses singulares, dessas configurações particulares num todo que é a realidade. Eu diria, esse é um parêntese, que essa tendência do pensamento no século XX e que se acentua nas últimas décadas, é uma tendência que implica no abandono da visão globalizante, da visão integrativa da realidade social. No abandono da historicidade do social; no desencanto, por assim dizer, sobre o que é a história, o que é a sociedade e numa busca da autenticidade, identidade, das articulações que constituem os indivíduos, vistos cada vez mais isoladamente. Eu acho que sem esquematizar demais, esse problema vale a pena colocar. Há uma controvérsia no âmbito do pensamento científico que implica em rechaçar a visão globalizante e essas pessoas, essas propostas, essas pesquisas, não há dúvida que podem ter contribuição importante, como frequentemente têm, mas elas deixam um espaço que é explicar a maneira pela qual essas estruturas micro se constituem. Então elas implicam numa perda da historicidade. Quer dizer, as estruturas do poder na escola, no presídio, no hospício, no hospital, na fábrica, etc, são estruturas indiscutivelmente importantes que merecem ser reconhecidas, mas elas têm a ver com a sociedade. Com certos segmentos da sociedade. Na maneira em que certos processos operam no conjunto da sociedade. Elas implicam em uma visão, em certa medida, sincrônica e, em certa medida a-histórica do real, inclusive.

O pensamento crítico é inegavelmente incômodo. Ele é questionado, ele é discutido porque ele põe em questão o “status quo”, mesmo quando ele se desenvolve apenas em termos de uma reflexão científica, mesmo quando não é levado à prática. O que me custa conhecer a textura interna do real. Que é a maneira pela qual o real se constitui. O pensamento de Marx é crítico em dois níveis. Ele implica sempre na crítica das explicações prevalecentes sobre o mesmo fato, e é uma reflexão crítica sobre o objeto. Vejamos títulos dos trabalhos dele, estou relembrando: “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, aqui ele está fazendo uma dupla crítica: à crítica do direito como um fato da vida, político-social, e está fazendo a crítica das teses de Hegel, sobre o direito. O mesmo ocorre em outros trabalhos.

Então, os seus trabalhos são uma reflexão crítica sobre o objeto e sobre as interpretações prevalecentes sobre o objeto. Por quê? Porque os objetos não são inocentes. Os objetos não estão soltos no espaço como se eles tivessem saído do nada. Na verdade

eles já estão carregados de significado. Então, a crítica precisa passar pela ideologia, que, por assim dizer, recobre o objeto. Pelas representações que recobrem o objeto. Se alguém quiser fazer uma pesquisa sobre o Golpe de Estado de 1964, vai à Escola Superior de Guerra, vai ao IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais], ao Lincoln Gordon, embaixador norte-americano, a Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, etc. Vai por aí tudo. Nem se discute. E os partidos? Isto é, vai a fatos indiscutíveis, a elementos do setor militar, do setor empresarial, do setor político, dos partidos, etc. Mas tem que passar pelas idéias desses personagens e desses partidos a propósito do próprio Golpe. As idéias, as explicações, as racionalizações, como se queira, a retórica, o discurso sobre 1964, é algo que precisa também ser estudado, para se conhecer o que realmente aconteceu. Quer dizer, a realidade histórica, os fatos não estão inocentes de interpretações, já estão impregnados de interpretações. O que se poderia dizer, quase que uma autoconsciência do poder que se constitui com o Golpe e que explica o Golpe. E que não é pura mentira não. É uma dimensão real da viagem histórica. Que precisa ser conhecida, para ser desvendada.

No “Capital” vocês notam que Marx está citando todo tempo diferentes autores, incorporando criticamente. Alguns aceitando pura e simplesmente, outros fazendo um diálogo. Uma controvérsia. Tratando, portanto de desvendar, de retirar véus que recobrem os fatos. Véus esses que são as interpretações prevaletentes sobre os fatos. Daí a importância do pensamento, crítico.

O livro de Marx, “A Miséria da Filosofia”, é clássico, entre outras razões, porque Marx está constituindo o seu objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, fazendo uma polêmica. Fazendo a crítica das interpretações prevaletentes sobre esse objeto, que é o modo capitalista de produção. Nesse sentido há uma observação de Gramsci no livro “A Concepção Dialética da História” que mostra como as interpretações prevaletentes precisam ser levadas em conta. Na dialética da história, Gramsci diz, na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais avançado quem se coloca do ponto de vista, segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada. Ainda que como um momento subordinado à sua construção. Compreender e valorizar com realismo, a proposição e as razões do outro, no caso, o adversário. O adversário é talvez todo o pensamento passado, significa sair liberto da prisão das ideologias, no sentido pejorativo e cego do fanatismo ideológico. Isto é, significa colocar-se em um ponto de vista crítico, o único fecundo na pesquisa científica.

Vale a pena lembrar que quem for fazer uma pesquisa sobre o “menor abandonado”, precisa fazer uma pesquisa dos fatos tanto quanto possível, e precisa fazer uma pesquisa das interpretações correntes sobre o menor abandonado. Mas sem esquecer das próprias interpretações dos menores e dos seus familiares que se explicam a si mesmos. Não vamos esquecer dessa dimensão do real. Dos próprios indivíduos metidos na situação, como explicam esse fato. Essa explicação deles mesmos sobre si é uma dimensão importante dessa realidade. Inclusive no sentido que Gramsci está sugerindo, de que há uma verdade do “menor abandonado” que é a dele. E se a pesquisa não passar por essa verdade, essa pesquisa não se realiza, não se completa. Ela pode, ao se constituir numa ótica científica, cuidadosa, primorosa, ela pode ser uma quimera, pode ser parcial, pode ser equívoca. Mas ela é verdade para os agentes da situação.

Não há razão para abandonar essa dimensão. Quer dizer que do ponto de vista crítico, implica que a realidade social é tomada como intrincada, como um desafio, como complexa. Portanto, não transparente, precisa ser questionada.

A realidade está sempre impregnada, recoberta de interpretações que precisam ser desvendadas para que possamos explicar o real. Daí esse caráter, vamos dizer assim,

sempre polêmico da reflexão dialética. Não é uma polêmica que é polêmica por gosto da polêmica. É uma polêmica que tem a ver com a epistemologia que está em questão. O questionamento reiterado, sistemático, sistêmico, que implica em um diálogo crítico, uma controvérsia com as outras interpretações e com a própria realidade. Porque, o que está em questão, sem exagerar, é de como se cria a realidade, como se constitui a realidade e de como essa interpretação vem se desenvolvendo para a constituição do real. Constitui para a revelação das relações dos processos das escrituras, das tendências que constituem o real.

Nesse sentido, a interpretação não resulta em algo que se põe fora da história, fora do objeto. Ela impregna o objeto.

É fácil dizer isso, mas acho que é válido: “o modo capitalista, de produção, não pode mais ser pensado sem a interpretação de Marx”. Essa interpretação não está no livro, morta, ela não está na cabeça de alguns, parada. Não. Ela está impregnada no real. De tal modo que a história das ciências sociais desde o século passado, em escalas recentes neste século, é uma história fantástica de diálogo com Marx. Não é exagero dizer isso. Keynes, do alto da sua posição de economista inglês, de uma conjuntura especial que é a reflexão sobre a crise de 1929, foi obrigado a fazer ironias a Marx, mas, foi obrigado a mencioná-lo. É um caso extremo, onde o autor da impressão que não tem nada a ver com Marx, mas se sente obrigado, na teoria geral do emprego, a fazer uma citação de Marx, uma menção a Marx, ainda que irônica, sem grande força, sem grandes implicações. Mas ele se sentiu desafiado.

Isso está presente também em Weber, de modo claro. Eu li um artigo sobre o pensamento de Weber, em que o autor cita que Weber assistiu a uma conferência de Spencer, e que este teria feito uma esculhambação com Marx; fazendo uma crítica ao pensamento marxista e à reflexão de Marx. Isto no começo do século, saindo da conferência, Weber comentou com alguém, com um aluno ou um colega, que, é impossível pensar o século XX (ou algo assim), sem Nietzsche e sem Marx. Nós poderíamos dizer: “é impossível pensar o século XX, sem Nietzsche, sem Weber e sem Marx”.

Quer dizer o pensamento vai impregnando a história. A história se impregna no pensamento; e de repente há uma forte influência recíproca.

Outro aspecto fundamental que tem a ver com isso é que o pensamento é prático-crítico todo tempo. Quando Marx diz, nas Teses sobre Feuerbach, que o principal defeito de todo materialismo até aqui, referindo-se a Feuerbach, consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendida sob a forma de objeto ou de intuição. Mas, não como uma atividade humana sensível, não como práxis.

A realidade devia ser vista como algo exterior. Como algo descolado do sujeito do conhecimento. E o que Marx propõe é que a realidade se constitua na práxis do sujeito do conhecimento. Ele desenvolve esse pensamento lembrando que não é capaz de compreender a importância da atividade revolucionária, eu diria crítica, se não no possível prático-crítica, porque o conhecimento implica, combina, articula todo tempo o real no pensamento.

A questão de se saber se cabe ao pensamento humano, a verdade objetiva, não é uma questão teórica. É uma questão prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é a realidade, o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento, isolada da práxis, é uma questão escolástica. Isto é, ele está insistindo numa exigência fundamental da epistemologia dialética em que a prática é, em última instância, o critério da verdade; não a prática no sentido do experimento de laboratório; é a prática no sentido da história, no sentido de leis e tendências no movimento da história. É no sentido de que o pensado e o pensamento se constituam reciprocamente. Nesse sentido é que o pensamento dialético é prático-crítico.

Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.

É por aí que segue o pensamento de Marx, portanto, propondo uma epistemologia, isto é, uma possibilidade de interpretação da realidade que não supõe, a distância, uma exterioridade entre o pensado e o pensamento. Supõe que o pensamento e o pensado se constituem reciprocamente.

Com essas implicações é que o processo de pensar, a reflexão é uma reflexão sempre crítica, na medida em que ela não só duvida do que vê, duvida do que está explicado, mas crítica no sentido que ela tem a audácia, a arrogância, de participar da constituição do objeto.

A interpretação da teoria entra na constituição do objeto. A frase é muito citada, é muito repetida, mas quando Lênin diz assim: “sem teoria revolucionária, não há revolução”, está dizendo isso. E quando a história mostra que muitas revoluções não foram bem sucedidas é porque não tinham teoria, fica isso demonstrado.

São muitos os casos de conjunturas revolucionárias que não se resolvem numa revolução vitoriosa. Por quê? Porque as forças sociais não estavam maduras, porque os partidos não estavam maduros, porque isso, porque aquilo, mas também porque não havia uma interpretação adequada.

O compromisso do pensamento com o pensado é muito grande e isso, que é bastante geral na história das Ciências Sociais, é particularmente fundamental no pensamento dialético, é por aí que nós chegamos à construção da categoria.

A categoria se constrói, as categorias se constroem pela reflexão que, ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos das estruturas que constituem o seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade; entra na constituição do objeto.

A mercadoria que Marx inventou, ninguém inventou. Quer dizer, essa leitura de Marx, essa maneira de ver de Marx, é claro que o coloca como um autor que não é um materialista de que se fala habitualmente. Ele de fato confere uma preeminência excepcional ao pensamento, à reflexão, à categoria. Mas ao pensamento, à reflexão, à categoria que sempre toma em conta a História e nunca se descola da História, nunca abandona a História. Mas também não cai na proposta de imaginar que a História se mostra a todos nós e que é só olhar a História que se aprende tudo. Não. A História também precisa ser trabalhada, precisa ser interrogada, precisa ser verificada, e o conhecimento resulta desse diálogo, dessa batalha.

Naquele famoso texto chamado “Introdução à Crítica da Economia Política”, onde está a discussão de Marx sobre o método da economia política, Marx explica o que é categoria. Diz que a categoria apanha o concreto e recria o concreto. As suas frases mais ou menos principais são as seguintes: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações”. Esse concreto que explica essa categoria, que interpreta, o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. Logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida. E, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação.

A consciência filosófica considera que o pensamento é que concebe, constitui o homem real e, por conseguinte, o mundo só é real quando concebido, quando pensado. O processo de pensar é o processo de constituir o mundo. Para a consciência, portanto, o movimento das categorias surge como um ato de produção, real, que recebe um simples impulso do exterior, o que é lamentável, cujo resultado é o mesmo que estar fazendo aqui

uma sátira, a totalidade concreta como totalidade do pensamento, como concreto do pensamento é de fato, um produto do pensamento, da atividade de conceber.

O todo na forma em que aparece no espírito com esse todo o pensamento, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, do modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, ou pelo espírito prático. Em todos os momentos nesse texto, ele está reiterando o compromisso do pensamento com o real, de como o pensamento retém o pensado.

As categorias simples são expressões de relações em que o concreto ainda não desenvolvido pode realizar-se sem ter ainda dado origem a relação ou conexão mais complexa que encontra a sua expressão mental na categoria mais concreta. Enquanto que o concreto mais desenvolvido deixa substituir, nessa mesma categoria, como uma relação subordinada. Ele está se referindo à dialética do presente-passado e mostrando que essa mercadoria com a qual nos defrontamos, ela já está presente noutros momentos pretéritos. E ela se retém e se recria no presente. Agora, essa categoria por mais complexa, ela, por assim dizer, abre a possibilidade da compreensão das suas formas mais simples. Seja mercadoria, seja propriedade, seja o dinheiro, seja o capital, sejam várias outras categorias que constituem o modo capitalista de produção.

É possível dizer que fazendo uma aproximação naturalmente, que nós temos, com relação a esse processo, nós temos um concreto imediato, dado sensível, que é o fato. O pensamento que se debruça sobre um fato, descobre, desvenda, desencanta as determinações que constituem esse fato. Então, pela reflexão, pela abstração, nós chegamos às determinações que constituem o real, concreto, imediato.

Esse concreto que podemos chamar de imediato, dado sensível. Alguém poderia dizer, o concreto é o empírico. O fato é a realidade primeira com a qual se defronta a reflexão. Só que a reflexão se debruça sobre essa realidade e desvenda, desencanta, descobre as determinações que constituem essa realidade.

Quais são as determinações que constituem a mercadoria? Uso/troca, ou seja, trabalho. Trabalho concreto privado, trabalho abstrato social, geral, um trabalho necessário, trabalho excedente, mais valia, que é a expressão do trabalho excedente, apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Quer dizer, essas várias determinações da mercadoria resultam na reflexão científica sobre o objeto, reflexão essa que vai desvendando essas peculiaridades, essas características, estes atributos, se quiserem, essas determinações que constituem esse ser social.

E aqui nós voltamos, podemos elucidar com vários exemplos. Quando nós sabemos o nome de uma pessoa, nós temos um dado, nós não conhecemos a pessoa, se nós temos a idade, se nós temos a profissão, a vinculação seja religiosa, seja política, seja sindical, família, etc, nós vamos, ao conhecer essas várias características, nós vamos desvendando quem é a pessoa. Isto é, ao refletir sobre o fato, nós vamos, pela reflexão, descobrindo as determinações que constituem esse ser social. Porque o sexo de uma pessoa é uma determinação constitutiva da pessoa. A idade, a profissão, o nível de escolarização, etc, são determinações constitutivas da pessoa. É claro que essas determinações não tem todas a mesma ponderação, mas não há dúvida que há várias e muitas determinações que constituem o real e que são indispensáveis para que se explique o real.

Então, nós já traçamos o concreto pensado que é a síntese das múltiplas determinações. Esse é o percurso de Marx no “Capital”. Esse é o percurso de Marx no “18 Brumário”. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações. Logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento, um processo de síntese, um resultado. E não um ponto de partida. Apesar de ser um verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente um ponto de partida da observação imediata e da representação. Ele

diz o que é e o que não é. Ele está dizendo que não é porque é o resultado. E é porque contém essa perspectiva, aquela mercadoria que apareceu, na primeira fase do Capital, ela está na última fase. Ela não foi abandonada. A mercadoria continua a ser valor de uso. Até o fim. Apesar de que o valor de uso não explica a mercadoria.

Então, o concreto sensível, imediato, as primeiras expressões do real, não se desprezam pura e simplesmente. Eles se recriam, eles se retomam. Surgem com novas expressões, na medida em que a reflexão prossegue, na medida em que a reflexão está desvendando as determinações que constituem o objeto.

A categoria que se constrói pela reflexão e que tem como, por assim dizer, esses momentos lógicos, ela é vista na pesquisa que se desenvolve objetivamente aqui, ou lá, ela tem a ver com um fato diante do qual o pesquisador se debruça, fato esse que ele procura conhecer pela reflexão, desvendando relações, processos e estruturas que constituem esse fato. Relações, processos e estruturas, essas que implicam em desvendar as determinações constitutivas desse real. O concreto que se alcança é o concreto pensado. O todo da forma em que aparece no espírito, como o todo do pensamento, é um produto do cérebro pensante. Que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da vocação do mundo por outras formas de reflexão, como aparece na arte, na religião no espírito prático. A consciência filosófica considera que o pensamento que concebe, constitui um mundo real e, por conseguinte, o mundo só é real quando é concebido.

Para a consciência, portanto, o movimento das categorias surge como um ato de produção do real, que recebe um impulso posterior e que se desenvolve na medida em que trabalha essa realidade e articula essa realidade, esses fatos, essas relações, esses processos.

Toda explicação dialética é histórica. Ela está comprometida com a configuração histórica que está em questão. Daí porque é equívoco, isto é, um aspecto importante desse debate, usar a categoria “Estado burguês” nos países da África, da Ásia, da América Latina, de modo indiscriminado. Usar “Estado Bonapartista” nos países da África da Ásia e da América Latina, de modo indiscriminado. Porque “Estado Bonapartista” é uma categoria que Marx construiu, refletindo sobre a História da França numa certa conjuntura. Essa categoria, “Bonapartismo”, é uma construção teórica, é explicativa, desvenda, certas determinações que constituem o poder burguês, numa sociedade burguesa. Agora, essa categoria não pode ser transposta e aplicada de modo ingênuo aqui ou acolá. É preciso que a pesquisa que se queira fazer sobre uma configuração histórica que parece ser Bonapartista, recrie a categoria naquela conjuntura.

Vocês sabem que Lênin fez um estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Ele não fez o que muitos poderiam imaginar: uma caricatura, uma simples transposição de certas noções que estão no “Capital” para a Rússia. Não, ele fez uma pesquisa nova, e ele recria as categorias: capital, burguesia, proletariado, campesinato, modo capitalista de reprodução. Mas conforme a configuração histórica da Rússia czarista.

É claro que ele se beneficia das sugestões de Marx. É claro que ele, de certo modo, busca sensibilizar a sua observação, a sua reflexão com estas contribuições, que bem ou mal, tem a ver com o capitalismo e, portanto, tem a ver com o mundo que estava se formando na Rússia czarista. Não, ele não faz uma simples transposição. Eu li para vocês uma frase de uma carta de Marx falando com um interlocutor na Rússia. Ele dizia que não se pode aplicar a noção da acumulação originária, pura e simplesmente, como se estivesse acontecendo na Rússia, aquilo que tinha acontecido na Inglaterra. Não. É preciso conhecer o que está acontecendo efetivamente na Rússia. E ele insiste. Eu não proponho a Filosofia da História, isto é, um sistema de conceito que se aplica universalmente, nada disso.

Intervenção de Aluno: Há alguns autores que dizem que historicidade, movimento, totalidade seriam categorias que explicam o real. Mas o entendimento mais correto seria dizer que a categoria é um objeto de estudo enriquecido por esses elementos de análise?

Octávio Ianni: Ou seja, a categoria é a explicação dialética, ela apanha o movimento real. A vida no real. E, em apanhando a vida no real ela percorre esses vários momentos lógicos da reflexão. Ela implica nesses vários momentos lógicos da reflexão, a historicidade do real que é inegável para as Ciências Sociais. Não é só o pensamento de Marx que reconhece que a realidade social é histórica, a historicidade do real é resgatada, é desvendada na reflexão sobre o real. Essa historicidade, para acentuar o parágrafo que você está observando que eu acho que é isso aí, essa historicidade não é aquela que está nas façanhas dos governos, dos homens providenciais, dos líderes, das grandes figuras, ou dos partidos ou da cronologia. Essa historicidade, ela está mais fundo do que parece. Aí cabe uma observação, eu já mencionei isso, quer dizer, quando a gente reflete sobre a ditadura militar, é preciso buscar as raízes dessa ditadura militar. E pode se chegar a uma desagradável e fascinante descoberta, que a ditadura militar foi plantada no Governo Juscelino Kubitschek. Quer dizer, há muitos outros antecedentes, indiscutíveis. Há muitos outros elementos contemporâneos de Juscelino, ou posteriores, mas não há dúvida que algumas forças decisivas da ditadura militar foram plantadas pelo Programa de Metas de Juscelino. A virada na história do Brasil, uma virada decisiva foi o Programa de Metas. Claro que isso é uma interpretação, é uma maneira de acentuar, vamos dizer, de como a História entra na constituição do presente. E de como, num certo momento pretérito, pode ser privilegiado. Não é toda a História.

Eu li um artigo, um ensaio, aliás, de um jornalista de alto nível que hoje deve estar velho, Joel Silveira, que cobriu a Guerra Mundial, que foi jornalista brasileiro acompanhando a Força Expedicionária, escreveu um pequeno estudo em 1964 por aí, procurando mostrar que o Golpe Militar de 1964, tinha a ver com o ressentimento dos militares durante a Segunda Guerra. E, com a experiência que eles tiveram em participar de uma Guerra, sem estar preparados, com um aparato que era pouco satisfatório. Ele faz todo um trabalho que não deixa de ser interessante. Mas essa é uma visão psicologista da História.

Não há dúvida que Castelo Branco foi da Força Expedicionária, não há dúvida de que Castelo Branco poderia ter sido, vamos dizer, poderia estar preocupado em modernizar o exército brasileiro e fazer com que o exército e o Estado brasileiro estivessem em condições de ter uma força militar poderosa. Essa discussão que está no debate. Não há dúvida que há elementos desse tipo. Mas as forças mais profundas constituem algo que é fundamental para compreender o Golpe de 1964, essas forças se articulam durante o governo de Juscelino. Articulam-se na execução do Plano de Metas e implicam num certo tipo de desenvolvimento do capital e da burguesia e da associação de capitais num capitalismo internacional que de certo modo colocam um impasse. De modo que a crise de João Goulart e de Jânio Quadros, não é uma crise de Jânio e Jango, é uma crise que vinha expressando contradições, que vinham sendo geradas desse momento anterior. Então, nessa ótica, a cronologia fica bem secundária. Fica apenas um instrumento de trabalho. A historicidade do social não é da cronologia, ela é das categorias. E o golpe de Estado, como categoria que se pode construir, que desvenda as relações, os nexos, as estruturas, os processos que vão exigir um mergulho no passado, mais ou menos fundo.

Retomando sua idéia sobre esse ponto, o do comprometimento do pensamento com o pensado, por que o pensado no pensamento vai se constituindo? Eu releio para vocês umas frases que eu li na outra aula, de Hegel, quando ele diz que toda a realidade que não

for a realidade assumida pelo próprio conceito, pela categoria, pela explicação é existência passageira, contingência exterior, opinião, aparência superficial, erro, ilusão. A frase é muito forte. Mas é muito característica do pensamento dialético que insiste que o pensamento e a realidade não estão dissociados. Que insiste que o pensamento deve assumir o seu compromisso com o real e reconhecer que ele, em pensando o real, ele entra na constituição do real.

Eu acho que há certas épocas das estruturas em que o pensamento pode enfrentar a História. Isto é, pode conferir ao sentido da História, dimensões surpreendentes. Mas esse pensamento ele pode ser privilegiado, instituindo uma historicidade, dando uma dimensão, se ele tiver raízes na História. Se ele for pura fantasia, ele pode ser bonito e tal, mas não pega. Quer dizer, o papel do pensamento, da teoria, da reflexão, o papel do conhecimento, da constituição das práticas sociais é muito grande. As Ciências Sociais se defrontam todo tempo com esse dilema. Há uma interpretação do pensamento marxista que confere uma excessiva preeminência do material, que cai naquele materialismo chamado mecanicista, e não percebe a riqueza do intercâmbio entre o pensamento e a realidade.

Há conjunturas que são múltiplas, que são críticas, que oferecem diferentes opções; no entanto, a História se resolve numa direção. O golpe de Estado de Bonaparte não era inexorável. Não era um fato indiscutível, que estava inscrito na História de modo inexorável e único. Era uma das possibilidades da história da França. Veja bem, havia uma outra que já tinha sido montada, que era uma República, uma constituição democrática e um governo democrático republicano, que já estava em marcha. Havia uma outra que é menos forte, pelo que eu pouco sei dessa época, que é uma retomada de uma revolução popular. De novos tempos. Quer dizer, a História, nessa conjuntura, ela apresentava algumas possibilidades, umas mais nítidas, outras menos e uma que venceu, não é indiscutível, eu preferi pensar assim. Mas, ao vencer e ao deter o poder estatal, ao incutir no poder estatal certos instrumentos, certas diretrizes, certas direções, essa tendência que venceu, conferiu um longo desenvolvimento da história da França, que só se resolveu nos anos 1970 com a Comuna de Paris, com uma série de outras coisas.

Quer dizer que o papel da teoria, do pensamento, da política, da interpretação, científica ou não científica, é outro problema, é muito grande na constituição da História. E deixa espaço para a ilusão de que há sempre a liberdade de inventar a História. Eu prefiro pensar que o Golpe de 1964, não era inexorável, não era a única solução. E não podia, como muitos dizem, que não poderia ser enfrentado. Eu prefiro pensar que isso é um equívoco. Na verdade a conjuntura era crítica e fecunda. Era uma conjuntura de cunho pré-revolucionário que se resolveu como se resolveu porque as forças que se articularam no golpe foram as mais audazes. Mas não é verdade que essa fosse a única solução. Quer dizer, a minha leitura seria essa. Porque há conjuntura, eu acho que isso é bastante válido, há conjunturas na história da sociedade que são fecundas e que revelam várias possibilidades. No momento em que uma das tendências vence, as outras se fecham. São apagadas, são destroçadas, ou perdem vigência. E a vencedora acaba incutindo na história da sociedade uma direção que é uma das direções possíveis. Essa é uma maneira de pensar que eu acho que evita nós cairmos no mecanicismo de pensar que a História é uma deusa da sabedoria e que tudo o que acontece na história é o inexorável, é o estabelecido, é o definitivo. Eu prefiro pensar que a História sempre reserva certa margem de intenção, de criação de opções.

O que é esse problema? O que está na dialética como um elemento filosófico fundamental? É que em última instância, o que caracteriza o ser humano é o fato de que ele é um ser livre. Não livre em estado absoluto, não livre em absoluto, mas ele pode pensar a

sua práxis. Ele pode organizar a sua atividade. Então, há um grau de liberdade, há alguns graus de liberdade.

Aproveitando o exemplo, há um fato que é histórico e que está registrado em várias maneiras que é o seguinte: nos dias do Golpe de 1964, em Porto Alegre, reuniram-se o Comandante do Terceiro Exército, Jango e Brizola. O Golpe estava em marcha, o Governo Goulart tinha se deslocado para Porto Alegre e aí se reuniram Brizola, o Comandante do 3º Exército, cujo nome me escapa agora, e João Goulart. E o Presidente perguntou ao General: “General qual é a nossa situação?” Está registrado nos jornais e aparece no filme sobre Jango. E aparece numa entrevista do Brizola também. “Escute, qual é a nossa situação?” Ele fez assim: “o 3º Exército está com o Presidente, os outros estão contra”. Os outros eram o 2º em São Paulo, o 1º no Rio de Janeiro e o 4º em Recife. Sem esquecer que o 3º Exército era o mais forte. Porque está na fronteira sul, que tem fronteira com o Paraguai, a Argentina, o Uruguai que a geopolítica brasileira considera o lado mais quente da nossa pátria. Então o general, diz: “o 3º Exército está com o presidente, mas os outros não”. “E o 3º Exército está coeso?” “Alguns focos, alguns núcleos, descontentes, mas no todo ele está solidário, com o presidente.” Então, o Jango teria dito, “não vamos fazer nada porque eu não quero derramamento de sangue dos nossos irmãos.” É a fase patriótica dele. Nesse momento o Brizola, que não é esse Brizola, é o Brizola daquele tempo, pulou e disse: “não, vamos resistir, se nós estamos com o 3º Exército, nós podemos contar com o 3º Exército, nós podemos fazer face aos outros e durante...”, vejam que reflexão, “e durante a luta não há dúvida que o povo virá a nosso favor”.

Claro, muitos setores da população iriam aderir ao processo. Claro, alguns setores iriam contra e outros a favor haveria uma guerra civil. Mas aí o Jango insistiu que não, ele não assumia, inclusive há desdobramento de que a idéia era constituir um governo revolucionário, constituir um ministério e realizar um trabalho político de uma importância arriscada, é claro, mas excepcional. Esse fato, como muitos outros que a História registrou, demonstra que a conjuntura crítica era fecunda e as opções eram várias. O que venceu foi uma opção. Foi uma tendência. E essa tendência confere à sociedade, confere à História, certa direção.

Essa discussão sobre o compromisso do pensamento com o pensado, da teoria e da prática é uma discussão fundamental. No caso da reflexão dialética, ela é assumida como algo essencial da explicação. O pensamento, ao mesmo tempo em que se constitui, se desenvolve, se articula entra na constituição do real. Ele pode, portanto, ser considerado como prático-teórico ou prático-crítico, no sentido de que é o concreto pensado. Não é uma realidade deslocada do pensamento, é o pensamento e a realidade articulados num todo que é a categoria. Categoria essa que é precisamente histórica, nesse sentido de que ela guarda um compromisso com a realidade sobre a qual refletiu. Ela não é uma explicação universal que transcende as sociedades e as épocas e os períodos. Não, ela é uma explicação que guarda muito a historicidade daquele momento, daquela configuração. Tanto quanto possível, fundamentados em textos dos próprios clássicos do pensamento dialético, todos esses que tem certa articulação, tem um vínculo numa certa sistemática e que de certo modo sintetizam algo que tem a ver com uma epistemologia, ou seja, modo de compreender dialeticamente o social, nesse sentido lato, que é a realidade social compreendida em suas implicações econômicas, sociais culturais, políticas e, portanto, históricas.

Essa proposta como vocês devem ter percebido, implica em que algumas convicções que a gente tem sobre o próprio pensamento de Marx, podem ser questionadas. Eu me lembro que em uma das vezes que eu estava dando esse curso, uma aluna ficou assustada que eu estivesse usado a palavra empírico, como se fosse uma palavra alheia ao

universo intelectual de Marx. A idéia de sentidos físicos espirituais, ou então, de produção material, espiritual. Mas a reação dessa aluna foi muito sintomática porque há leituras do pensamento marxista que insistem numa ótica economicista ou política, e que perdem a riqueza das outras implicações.

Essa discussão que eu estou realizando com vocês, já estamos terminando, em certo sentido, terminando um ciclo, porque cada um tem um ciclo, nós em conjunto vamos continuar nessa discussão, ela tem que enfrentar de um lado, algumas noções do próprio pensamento marxista e, ao mesmo tempo, implica colocar em questão outras abordagens, uma visão um tanto empirista, um tanto ingênua, ou um tanto positivista ou um tanto funcionalista, ou isto e aquilo que no momento temos da realidade

Agora, se trata de uma proposta que liberta. De certa medida desvencilha o pensamento de Marx de uma visão excessivamente economicista ou política e procura tomar Marx como um pensamento que abre o horizonte amplo para se pensar o político, o econômico, o histórico, o cultural, ou seja, em outras dimensões. Quer dizer que é uma proposta que se realizou de modo sintético e que pode ser desenvolvida por cada um, a seu modo, com seus elementos, com leituras que já foram feitas e leituras que podem ser refeitas.

Aqui surge uma sugestão mais do que evidente. Não se trata de ler, sejam os clássicos do marxismo, sejam comentaristas de modo indiscriminado. Uma boa formação teórica não depende de uma leitura exaustiva da obra de todos esses autores. Ela depende de um trabalho denso na medida do possível, trabalho sistemático, sobre algumas das obras. Eu acho que o que está apresentado nesse curso e que tem a ver com experiências que seguramente vocês já têm, e certamente alguns já trabalharam “O Capital”, já trabalharam essas idéias, tem de aprofundar a elaboração de uma visão teórica da realidade. Essa visão teórica, ela vai ser útil não só para fazer um trabalho escolar, ou para fazer uma pesquisa. Mas ela vai ser útil como uma maneira de ver o mundo com outras cores, o que não significa que cada um vai assumir essa posição.

Na verdade, é uma reflexão possível sobre a História, sobre a realidade. Mas eu diria, como sugestão, antes de passarmos para o Seminário, é um capítulo importante que para quem tiver condições vale a pena claro, porque uma leitura do “Capital” é sempre bom, uma leitura sistemática, mas tomar obras de Marx como “18 Brumário”, como “a Miséria da Filosofia” e, eventualmente, outras obras de outros autores e estudar, trabalhar com calma, com atenção, com anotações. Estudar a obra, a textura, a articulação, a maneira pela qual se constrói. Descobrir o segredo daquele pensamento. Nesse sentido é que eu acho que a leitura dos comentaristas deve ser sempre auxiliar. O comentarista é bom para chamar a atenção sobre o problema que às vezes escapam da gente. Mas desde que a gente esteja lendo o principal. Contentar-se com comentaristas bons, eu acho que é pouco. É um modo aproximado do trabalho. Mas é importante estudar o texto original e, um tanto quanto possível, os textos principais.

Antes de passarmos para o Seminário, uma colega tem uma pergunta que tem a ver com a aula. A pergunta coloca um problema, fundamental. Quer dizer, uma coisa é a seguinte: as categorias não podem ser transpostas simplesmente de uma para outra sociedade. Eu mesmo fiz várias vezes referências à África do Sul. Mas nós não podemos estudar a situação da África do Sul dentro de classes sociais. Tem que incorporar raças, cultura, além de classes. Porque é uma sociedade capitalista, mas atravessada de uma multiplicidade racial e inclusive real que torna as classes complicadas. E, às vezes as classes ficam, vamos dizer, subordinadas a outras determinações como raça, como cultura. E esses entes são particularmente importantes porque mostram como é possível explicar a África do Sul por raça, por cultura, etc. Eventualmente, em uma outra dimensão, quer

dizer, quanto à categoria, não há dúvida que as categorias precisam ser recriadas. Agora, tem o seguinte: há categorias que encontram uma ressonância muito grande numa outra realidade. E outras que encontram uma ressonância muito precária. As categorias podem ser recriadas, mas com entonações diferentes.

Marx chegou a falar no máximo em monopólios, trustes e cartéis. É Lênin que vai falar em imperialismo. Marx falava em colonialismo, trustes, cartéis e monopólios. Começaram a ser expressões usadas por Marx e Engels. Mais Engels, que viveu mais alguns anos. Mas imperialismo é uma categoria elaborada por Lênin. Quer dizer, estudava a idéia de como uma mesma realidade, que é o modo capitalista de produção, em desenvolvendo, em criando desafios novos, em implicando em novas determinações, implicam em novas categorias. Esse capitalismo implica em novas categorias. Qual é a novidade de Gramsci? É o fato de Gramsci estar pensando em termos dialéticos uma realidade que é principalmente a italiana, que é uma realidade que não é tipicamente a inglesa. Ou seja, que ele tem uma sensibilidade especial para questões tais como: cultura, educação, o intelectual, a questão agrária; então Gramsci lança a luz sobre o modo capitalista de produção aperfeiçoando, desenvolvendo a contribuição de Marx.

Os conceitos históricos, historicizados, carregados da especificidade histórica, que está em questão; agora o método dialético, em essência, não é só isso, mas em essência pode ser sintetizado nesses momentos lógicos da reflexão. Refletir dialeticamente é não progredir de modo positivista. É não refletir em termos de senso comum. É não refletir em termos religiosos. É refletir em termos científicos e filosóficos com estas peculiaridades. Então, esse método de reflexão, ou seja, esse andamento da reflexão dialética, que é caminhar da aparência à essência, da parte ao todo, do singular ao universal, isso tudo em conjunto, levando em conta o modo de constituição, a maneira pela qual se constitui a realidade.

Essas sugestões, da metodologia dialética, podem ser aproveitadas para estudar o menor abandonado, o bóia-fria, o posseiro da Amazônia, uma tribo indígena. Agora, é só uma espécie de disposição do espírito; uma espécie de disposição intelectual, que pode ser acompanhada de uma descoberta clássica da Filosofia da Ciência que é o seguinte: o homem é um ser que se pensa. Tanto o índio como o camponês, como o professor da PUC, se pensa. Alguns pensam que se pensam certo. Outros que se pensam de modo, vamos dizer, no senso comum, no místico, quer dizer, há várias modalidades de pensamento filosófico, científico, porque os indivíduos pensam, e ser humano tem essa peculiaridade de organizar a sua atividade, de uma maneira articulada, razões religiosas ou políticas, ou x ou y, agora não há dúvida que ele se articula.

Essa descoberta, essa contribuição de todo pensamento filosófico que é resgatada por Marx, é algo que tem a ver com a metodologia dialética. Não cabe pensar que o ser humano não está reagindo a essa situação. Não está pensando a situação. Essa é uma contribuição da metodologia dialética. Pesquisando e pensando a realidade burguesa feudal e antiga, em diferentes contextos, se constata que o ser humano pensa a sua atividade. Mas que o ser humano, por ser carente, por ter necessidade aqui e acolá, hoje como há milhares de anos, precisa trabalhar. Então, quais são algumas conquistas do método dialético, que não são exclusivas do método dialético, na verdade estão em várias correntes, mas que o método dialético, por assim dizer, Hegel retoma e desenvolve a seu modo, trata-se da concepção que é, num primeiro momento, carente, isto é, não vem ao mundo auto-suficiente? Segundo, que para atender suas necessidades ele precisa desenvolver alguma atividade: estender o braço para colher o fruto da árvore, fazer uma flecha para flechar o peixe na água ou o passarinho que está voando. Enfim, para atender as suas necessidades ele precisa desenvolver uma atividade que é o trabalho. E, para desenvolver esse trabalho,

para atender as suas necessidades, ele precisa pensar na sua prática. Então, nesses três momentos o ser, a carência ou as necessidades, trabalho é “consciência”, entre aspas, são conquistas do método dialético. Mas, de novo não se aplicam indiscriminadamente, aqui ou acolá.

Quem for a uma comunidade camponesa e pensar que o trabalho vai produzir mercadoria, está equivocado. O trabalho camponês produz valor de uso. O trabalho feudal produz valor de uso. Não dá para levar certas sugestões, da reflexão dialética, e tomar de contrabando, isto é, não perceber que há contrabandos que vão juntos.

Eu tenho um colega, o [José Arthur] Gianotti. O Gianotti uma vez estava lendo Filosofia, lendo sociedade primitiva e me dizia, “escute, como é que eu faço, como é que você acha que eu posso colocar o problema da comensurabilidade da sociedade tribal.” Vocês se lembram que Marx diz que a comensurabilidade das mercadorias, isto é, a comparabilidade das mercadorias, umas com as outras, passa pelo trabalho? É uma categoria de pensamento de Marx. A comensurabilidade das mercadorias implica no trabalho social abstrato. Então, levantou esse problema ao mundo tribal. Eu disse, “olha eu não sei se cabe fazer essa pergunta para uma sociedade tribal, mas, se couber a pergunta, você não pode responder sem passar pela cultura tribal. Tem que conhecer como essa comunidade tribal articula o seu trabalho e suas necessidades. Isso aqui implica em cultura, em relações, processos, estruturas, em representações, em idéias, em mitos, parentescos, procedimentos de troca, de dádivas, etc, conforme a sociedade”.

Vocês se lembram do texto que eu li, que vocês conhecem muito, de Marx, sobre a arte grega? É um texto muito bonito e muito difícil. Ele diz assim “como é que se explica que uma sociedade relativamente simples tivesse conduzido uma arte que até hoje é paradigma para todas as histórias em todas as épocas?”. A beleza da arte Grega, o padrão do belo desenvolvido pelos gregos... No entanto, é uma sociedade pobre, relativamente. Qual o segredo dessa arte? Não explica que essa arte se torna possível porque essa sociedade que é simples, ela produziu, ela desenvolveu uma mitologia, uma cultura muito especial e essa mitologia grega que é o arsenal onde os artistas vão buscar o seu material, a sua inspiração, as suas possibilidades. Quer dizer, a beleza de Vênus, dos mitos, ou a beleza de uma tragédia grega, não remete imediatamente à sociabilidade grega. Mas, remete a um tipo de trabalho com a mitologia.

Certa sugestão que está em Marx, que só há em duas páginas, mostra como é complicado. Não dá para ir com malas e bagagens, daqui pra lá e de lá pra cá.

É preciso todo um trabalho de adequação do espírito da reflexão. O pensamento de Marx, e vocês sentem isso lendo mesmo os comentaristas, o pensamento de Marx é uma vasta reflexão sobre o modo capitalista de produção, compreendendo não só as relações econômicas e políticas, mas também as sociais e culturais, as suas expressões científicas, a economia política clássica, economia política vulgar.

Essas expressões ideológicas, onde ele se refere a Balzac, a Goethe, abrange muitas expressões desse mundo, inclusive no âmbito artístico cultural. Agora, essa reflexão, como ela é fecunda, como ela tem inclusive raízes na Filosofia, não só de Kierkegaard, mas mais imediatamente de Hegel, ela constitui de certo modo, uma metodologia da reflexão. É muito mais uma lógica, isso aqui tem a ver muito mais com uma lógica que articula o pensamento.

A discussão sobre a mais-valia-relativa, o conceito de mais-valia-relativa, é claro; o processo de reflexão sobre a mercadoria, e, de novo, é mais uma amostra de como o pensamento se desdobra nessa modalidade. Quer dizer, a mais-valia, não está no real? Não é dada empiricamente? Não dá para construir uma tabela de frequência, muito menos

fotografar a mais-valia. Mais-valia é uma construção intelectual. É o concreto pensado. A mais-valia, segundo Marx, é a alma do sistema do modo capitalista de produção.

O modo capitalista de produção é o modo de produção, mais-valia absoluta e relativa. Absoluta é mais-valia que resulta da extensão da jornada de trabalho. Então, o trabalhador é levado a trabalhar “x” horas para atender as suas necessidades e é levado a trabalhar mais “x” horas, 10, 20, 30, 50 ou 100 por cento para o proprietário dos meios de produção, isto é, produzindo um excedente que boa parte se transforma em mais-valia. Essa mais-valia resultante da extensão da jornada de trabalho é a mais-valia absoluta.

Mais-valia relativa é a mais-valia que resulta da potenciação da força de trabalho, por meios técnicos organizatórios. De modo que, quando um empresário contrata um de nós, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, administradores, para dentro de uma fábrica, ajudar a administrar a organizar, a sistematizar o trabalho dentro da fábrica, e ele está incutindo na organização do trabalho um elemento que entra na potenciação da força produtiva do trabalho. De modo que, mais-valia relativa não é só resultado do modo de funcionamento das máquinas, não, é também da ciência transformada, é adotada como um prosseguimento técnico e organizatório do processo de produção. Isso significa o quê? Que o operário faz a greve, reivindicando um aumento de salário, então ele leva esta barra daqui para cá, aumentando a sua participação no produto e, por implicação, reduzindo o excedente.

Fazendo uma aritmética bem simples, o que faz o proprietário da fábrica? Aperfeiçoa a tecnologia do processo produtivo inclusive em termos de relações humanas, relações industriais. Potencia a força produtiva do trabalho. Mexe lá num botãozinho, isso é também caricato, mas também acontece, e aumenta alguns segundos a velocidade das máquinas. Aprimora a disciplina, faz com que os capatazes atuem mais presentes e mais ativos na administração dos trabalhadores, então, essa barra que chegou aqui, ela volta para cá.

De modo que essa história da mais-valia não é folclore não. É algo muito concreto na constituição das relações capitalistas de produção. Que é o que está em questão em todo processo de negociação sobre salário ou condições de trabalho. As vezes, as negociações são os salários, mas às vezes, as condições de trabalho que implicam na maneira pela qual o trabalhador se apropria não do produto, mas do processo.

As relações de produção, em última instância, repõem todo o tempo, todo o momento, o modo pelo qual se dá a expropriação que está aí. É “o vai e vem da barra” que define o que é o necessário, o que é o excedente. O que é trabalho necessário e o que é excedente.

As reivindicações, as negociações, as greves, são expressões sociais políticas desse vai e vem entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Agora, como as relações capitalistas de produção implicam numa reiteração de uma estrutura fundamental, que é a do vendedor da força de trabalho de um lado, e a do comprador de força de trabalho, de outro, o proprietário da força de trabalho de um lado, e o proprietário dos meios de produção de outro, então esta peleja não tem fim.

O que é a proposta autoritária, durante a ditadura? Essa barra veio para cá na marra. Fecharam os sindicatos, houve intervenções, prisão de lideranças etc. Depois para cá, houve uma série de “vais e vens”. Um governo democrático trabalha isso através de conversações democráticas. Então esse vai e vem é contínuo e permanente. Mas esse vai e vem não limita a contradição entre trabalho e capital, contradição de classe, já que o modo capitalista de produção é um modo de produção de trabalho alienado, de trabalho expropriado. Então, propostas autoritárias, democráticas, sociais democráticas, não implicam só nisso, mas implicam em essência também no vai e vem, entre o quantum de

trabalho necessário e o quantum de trabalho excedente que está compreendido no processo das relações de produção. E, nesse sentido, é que a categoria mais-valia-relativa é mais uma amostra de como a reflexão dialética desvenda do real dimensões que o real não tem. Daí a sensação que muitos tem, lendo O Capital, lendo Marx, que há uma fantasia, que há uma política em Marx. Isto é, de que a realidade não é bem assim.

De fato, não é assim porque o que há concretamente, empiricamente, em termos de evidências, não se chega até aí. Isso é o resultado de uma reflexão obstinada, pertinaz, que desvenda esse trânsito do trabalho geral, do trabalho excedente, do trabalho necessário e depois constitui, vamos dizer, algo que é o segredo. Eu estou falando que esse mundo é assoprado.

Intervenção de uma Aluna: Continuando essa discussão, se a pedra nodal da sociedade capitalista é a produção de mais-valia, de valor, se não existisse essa produção de mais valor, ela não seria marca de sociedade capitalista. No caso da sociedade socialista então, não teria produção de mais valor. Teria o quê? Um trabalho social?

Octávio Ianni: Eu acho que o problema da revolução, está posto aí, quer dizer, há o antagonismo essencial de classes que é um antagonismo que está no âmago da sociedade. E o fato de que todo discurso do poder da sociedade burguesa reitera a paz social, reitera a harmonia das classes, reitera a conciliação, é precisamente uma demonstração que cotidianamente há um antagonismo germinando e expressando.

Esse antagonismo se desenvolve todo tempo, expressando-se em reivindicações, em greves, em conquistas na área da saúde, na área da educação, na área dos transportes, dos mais diferentes setores que em alguma medida pode ter implicação nas relações de produção e, portanto, quanto é o excedente e quanto é o necessário, qual é a escala da alienação? Numa situação extrema, se tem a ruptura revolucionária que consiste na socialização dos meios de produção. Na abolição da propriedade privada. Mas essa propriedade privada, não é um sapato, não é uma escova de dente. É a propriedade capitalista. É a propriedade alienada expressando trabalho alienado na medida em que há a socialização dos meios de produção, todos passam a ser co-participantes do produto do trabalho produtivo. É claro que o produto desse trabalho produtivo não vai se distribuir em porções justas e iguais ou proporcionais a cada um. Ele vai se expressar em quê? Em estradas, em escolas, em hospitais, em diferentes bens sociais. O conjunto de realizações que implicam no capital social que está posto à disposição da sociedade, que vai desde o alimento, até a escola, até a saúde, etc.

Então, nesse momento está superado esse antagonismo. Agora a transição, isso já não é fantasia, é histórico. A transição numa sociedade na qual predomina a propriedade privada e a sociedade na qual predomina a propriedade coletiva, socialista, não é uma transição simples. Não é um problema de escrever no papel ou decretar, ou ter uma constituição. É um problema de constituir um capital social efetivamente coletivo. É um problema de realmente socializar. Porque, o que se decreta com a revolução? Que a propriedade passa a ser coletiva, não se realiza de imediato, porque se mantêm mordomias, se mantêm privilégios. O privilégio do intelectual que tem o monopólio do saber. O privilégio de um gerente de uma fábrica que por saber como funciona o processo produtivo ele tem direitos a certas vantagens. Quer dizer, a uma série de regalias que se mantêm.

Seria o problema da transição de uma cultura e da forma de sociabilidade burguesa, para uma cultura de sociabilidade socialista. Isso é outra coisa. A idéia de que é preciso sociabilizar o produto do trabalho coletivo e, portanto, distribuir, na medida do possível, condições de igualdade, implica em que algumas categorias, alguns setores da sociedade, vão ser sacrificados não tem dúvida. É um processo pedagógico complicadíssimo.

Agora, há discussões que eu acho que o texto de Feuerbach é muito bonito, sobre o homem socialista, como órgão do socialismo que mostra que no momento em que você rompe a alienação embutida na mercadoria, a mercadoria deixa de ser opaca e passa a ser transparente. O trabalhador passa a se expressar e se refletir na mercadoria. Ele se sente parte do “nós” coletivo.

Vocês viram numa entrevista que se apresentou na televisão, alguns meses atrás o jornalista muito gaiato, não é do meu gosto criticar o jornalista, fazendo entrevistas com populares em Cuba. E as respostas foram surpreendentes. O grau de informação, o que é a nação, o que é o socialismo o que é e está sendo realizado e olha, pessoas bem, vamos dizer soltas no espaço. O que é isso? É o reconhecimento, é uma prova da realidade da socialização.

Eu não quero fazer fantasia, mas a sensação que eu tenho, que eu tive, em Cuba, embora estivesse lá duas vezes de modo breve, é que de fato as relações humanas são transparentes, claro que comparando com as nossas. Porque as nossas são definitivamente uma miséria.

As pessoas se relacionam no trabalho, nas lojas, nas ruas, o ritmo das pessoas, nos lugares de trabalho, nas ruas. As pessoas nas lojas comprando, nas livrarias comprando livros, se o livro não é uma mercadoria. Os sapatos, o tecido... não estão carregados de alienação. São bem sociais coletivos. Quer dizer, há uma descontração nas relações humanas que resulta do fato de que a mercadoria não é portadora de trabalho alienado. A mercadoria é um valor de uso. Ela se troca. Há dinheiro, tudo bem. Mas o que está em questão não é a alienação do trabalho. O que está em questão é o uso da mercadoria. Isso aparece na escola, aparece no hospital, aparece na livraria, aparece nos mais diferentes setores.

É claro que uma pesquisa mais ampla, poderia eventualmente descobrir uma realidade que não dá para perceber numa observação ingênua. Mas, não há dúvida de que, na medida em que se apóia a apropriação privada de um produto do trabalho coletivo, se abole, se elimina o demônio contido na mercadoria.

Claro que Cuba é uma sociedade pobre. Mas não há isso do consumismo. Alguém dirá, não há consumismo porque eles produzem pouco, eles são pobres. Não há dúvida. Mas o bem estar, a felicidade humana não está identificada com a última moda. Não está identificada com a quantidade de coisa que as pessoas podem consumir ou que têm em sua casa. É outra gente, é outra humanidade. Já dá para ver que é outra humanidade. E isso não é fantasia, é história, é uma realidade.

Com uns problemas evidentes que Fidel teria tido, em algum lugar, alguém me contou, que para as futuras gerações, a geração dele será considerada uma geração arqueológica. Porque a geração de Fidel Castro é a geração que foi tocada e formada no mundo burguês; que a despeito da educação e da pedagogia da própria revolução, são seres que se formaram num outro mundo. Então, os jovens que estão se formando nesse universo, já são outra humanidade. Enquanto que a geração da revolução é uma geração que está entre cá e lá, e não há dúvida, podem estar certos disso, os jovens, as novas gerações, estão sendo educadas de modo cada vez mais pleno, num outro mundo que é inocente da propriedade privada, no qual a mercadoria não é portadora do trabalho alienado.

Mas, eu acho que é por aí que se coloca a revolução, quer dizer, uma ruptura estrutural que finda num elemento crucial da organização da sociedade.

Mas, repetindo esse ponto que foi colocado pela pergunta e que tem a ver com o nosso curso, a reflexão dialética é uma possibilidade de conhecimento do real que possui essas peculiaridades, que pode ser desenvolvida e que, não há dúvida pode ser recriada.

Notas:

¹ Transcrição de aula ministrada na disciplina Sociologia, do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), no 1º semestre de 1985, com a autorização do Professor Octávio Ianni. Optou-se por deixar a linguagem mais informal, da maneira como o professor falava, para não perder a naturalidade da aula. Procederam-se apenas a pequenas correções como vícios de linguagem, nome de autores, títulos de obras, entre outras.

² Sociólogo brasileiro e um dos mais importantes pensadores latinoamericanos sobre a globalização, faleceu no dia 4 de abril de 2004, aos 77 anos de idade.

Recebido em: 28/02/11

Aprovado em: 31/05/11